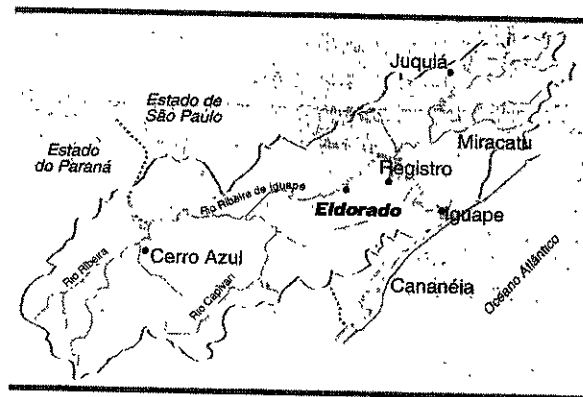


O rio cobra seu leito de Eldorado

A antiga Xiririca mudou de nome e lugar, mas não escapa dos caprichos do Ribeira

Regina Scharf
de Eldorado

Há 192 anos, os cidadãos da pequena Xiririca viram as suas 120 casas submersas, as plantações destruídas e o gado arrastado pelas águas. Até hoje faz parte da memória coletiva da cidade a história de duas vagas que foram parar no telhado da casa de uma das autoridades locais. Apesar das perdas, os não mais de quinhentos moradores da vila resistiram durante três anos, numa sequência de enchentes anuais que acabou por convencê-los a procurar novo endereço. Xiririca mudou, então, de endereço. Foi transferida para terras mais altas, um quilômetro rio



abaixo, onde estaria a salvo das águas.

As décadas passaram e, já nos anos 40, Xiririca decidiu trocar seu nome — “água corrente” — dado com propriedade pelos índios Carijó, por outro mais sonoro. Transformou-se

em Eldorado, numa alusão aos tempos em que o ouro de aluvião enriqueceu a cidade e o Vale do Ribeira. Hoje, pouco dessa riqueza permanece e a região é considerada a mais pobre do Estado de São Paulo.

Seu novo nome, Eldora-

do, já não sustenta a pompa de cinquenta anos atrás. A cidade vive como todas as demais do Vale do Ribeira: no isolamento. A população total da região de 300 mil habitantes não fez um só deputado estadual ou federal nas últimas eleições. A exceção é o polêmico Jair Bolsonaro (PPB), nascido em Eldorado, mas eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Eldorado, como Xiririca, nunca escapou à sina das inundações. Numa rotina que tem se repetido com crescente frequência, a cidade é invadida pelas águas nos primeiros meses do

ano, a exemplo do que ocorre com suas vizinhas Registro e Sete Barras, dentre outras. Nessa época, o rio Ribeira de Iguape chega a subir dez metros em apenas seis horas.

As cheias deste ano não foram das piores. Os bana-

VIDA BRASILEIRA

nicultores de Eldorado perderam um sexto de sua produção e tiveram que ar-

car com um prejuízo de R\$ 2,4 milhões. Em janeiro do ano passado a coisa foi mais feia. Em 1997, Eldorado ficou quase totalmente submersa e uma ponte despençou quando o rio atingiu seus 11 metros

(Cont. A-4)

1997/3/3/98 A-4

20-23/3/98
35
AA cont.

■ NACIONAL

O rio cobra seu leito de Eldorado

Regina Scharf
de Eldorado

(Continuação da página A-1)

de altura, matando um garoto. Dos cerca de 18 mil habitantes da cidade, 3.800 ficaram desabrigados nos dias que se seguiram. As perdas nas plantações de banana de várzea foram totais. Em todo o Vale, foram inundados 16 municípios, com um saldo de 15.400 desabrigados, no pico. Um mês depois, ainda eram computados 2.322 desabrigados.

Os números ilustram o paradoxo maior do Vale do Ribeira. Uma região de solo pobre, em que as várzeas compõem boa parte dos 10% cultiváveis. Por isso mesmo, nestes reduzidos pedaços de terras concentram-se população e plantações.

A lição de Xiririca-Eldorado é clara: com ou sem El Niño, aquecimento global, novas barragens ou hidrelétricas, enchentes sempre vão existir. Foram 36 nos últimos 50 anos, em escalas variáveis. O Vale aprendeu a conviver com elas. Entretanto, o problema está se agravando.

Até o início da década, os ribeirinhos sabiam que valia a pena plantar bananas nas várzeas férteis, leito expandido do Ribeira, porque grandes enchentes, realmente devastadoras, só vinham a cada seis ou sete anos.

Um estudo publicado pela Secretaria de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, na época da cheia

do ano passado, afirmava que "a probabilidade de ocorrência de inundações como as de janeiro de 1997 é bastante remota". O estudo calculava ainda que o período de recorrência da mesma seria de mais de 100 anos.

O problema é que essa regra está desabando. Três das cinco maiores enchentes dos últimos 60 anos em Eldorado aconteceram nesta década: 1990, 1995 e 1997. Os bananicultores do Vale, que perderam R\$ 39 milhões em 1997, viram naufragar outros R\$ 22,6 milhões neste ano. Também sofreram com sucessivos vendavais, que vêm ocorrendo em Jacupiranga e Cajati desde o

Vazão do rio Ribeira*

(Médias diárias máximas anuais em Eldorado)

1997	4.180
1995	3.061
1983	2.573
1954	2.455
1990	2.184

Fonte: DAEE
Em m³/s

começo do ano, condenando 2 mil hectares extras de banana.

Tantas intempéries estão obrigando os plantadores locais a usar a imaginação, buscando alternativas econômicas. "Não dá para encarar a enchente como o final dos tempos. Temos que entender que isso aqui não é o Vale do Paraíba e que temos de buscar pequenas soluções para chegar num resultado final interessante", raciona Ademar Oliveira Souza, engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Registro. Souza, que amargou uma perda de produtividade de 20% em sua própria produção de bananas, confia no produto, associado a culturas sazonais nas baixadas.

Da bubalinocultura — questionada por concentrar renda e gerar poucos empregos —, à piscicultura e ao plantio de culturas de ciclo mais rápido, como hortaliças, arroz e milho, os agricultores buscam caminhos que reduzam a onipresença dos bananais. A banana é hoje responsável por 50% da economia de Registro, cidade que, com 49.200 habitantes, pode ser considerada a capital do Vale do Ribeira.

"O quadro é preocupante. Não há cultura que aguente três enchentes seguidas", diz Yasuhiko Yamada, presidente do sindicato rural patronal de Registro e secretário-executivo da Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira. Ele próprio substituiu parte de suas

bananeiras por 30 mil pés de pupunha peruana sem espinho. A cultura-símbolo da região também perdeu terreno devido à estagnação técnica do Vale e à concorrência do produto vindo da Bahia, de Minas e do Paraná, de melhor qualidade e com preço mais competitivo. "Nossa produtividade é de 25 toneladas por hectare, contra 80 toneladas na Costa Rica e 60 em Israel", lembra Yamada. Ele conta como as 3.400 famílias de bananicultores da região começam a acordar para a tecnologia, procurando selecionar mudas e classificar variedades. O despertar dos agricultores está começando por uma atividade simples: as bananas começaram a ser condicionadas em caixas de papelão, que machucam menos o fruto do que as tradicionais, de madeira.

O fato é que começa a crescer, sobretudo no governo, o consenso de que a região tem que buscar um desenvolvimento compatível com suas características únicas: abundância de chuvas e reservas nativas, terreno acidentado, baixa escolaridade, problemas fundiários e estradas precárias.

Para o secretário estadual do Planejamento, André Franco Montoro Filho, a grande vocação da região é o ecoturismo. "O drama é que, se fizerem lá um hotel de classe, terão de importar toda a mão-de-obra", reconhece. "Outra idéia seria criar uma faculdade ou universidade de meio ambiente na região, propostas revolucionárias porque podem ter efeito estruturante, a custo baixo."

Raio X do Vale do Ribeira

A bacia do rio Ribeira de Iguape drena uma área de 24.980 km², sendo 70% do lado paulista (Vale do Ribeira) e o restante no Paraná.

São 23 municípios com 300 mil habitantes, sendo 21,14 por quilômetro quadrado.

A região tem 66,28% de abastecimento de água, 21,73% de tratamento de esgoto e 53,73 terminais de telefone por habitante (contra uma média de 116,08 no Estado)

Maiores reservas de Mata Atlântica do País. Detém 49% das áreas preservadas do Estado. Inclui 15 unidades de conservação.

Maiores concentrações de terras devolutas do estado (84% do seu território vem sendo objeto de discriminação).

Apenas 10% das terras são indicadas para lavouras anuais.

Sua participação na formação do valor adicionado do estado é de apenas 0,29%.

A enchente no Vale do Ribeira

(Perdas da produção de banana — Março/1998)

Municípios	Área plantada	Área atingida	Área estimada de perda total	Prod. perdida - prod. média - 30 ton./ha	Valor prod. perdida preço-médio - R\$ 120,00/ton.
Eldorado	4.000	2.240	672	20.160	2.419.200
Sete Barras	4.111	2.310	1.386	41.580	4.989.600
Registro	4.626	3.238	1.943	58.290	6.994.800
Total	32.638	11.333	6.288	188.640	22.636.800
Outras cidades*	19.901	3.545	2.287	68.610	8.233.200

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. * Jacupiranga, Juquiá, Iguape, Miracatu, Cajati e Barra do Turvo.

bananeiras por 30 mil pés de pupunha peruana sem espinho.

A cultura-símbolo da região também perdeu terreno devido à estagnação técnica do Vale e à concorrência do produto vindo da Bahia, de Minas e do Paraná, de melhor qualidade e com preço mais competitivo.

"Nossa produtividade é de 25 toneladas por hectare, contra 80 toneladas na Costa Rica e 60 em Israel", lembra Yamada. Ele conta como as 3.400 famílias de bananicultores da região começam a acordar para a tecnologia, procurando selecionar mudas e classificar variedades. O despertar dos agricultores está começando por uma atividade simples: as bananas começaram a ser condicionadas em caixas de papelão, que machucam menos o fruto do que as tradicionais, de madeira.

O fato é que começa a crescer, sobretudo no governo, o consenso de que a região tem que buscar um desenvolvimento compatível com suas características únicas: abundância de chuvas e reservas nativas, terreno acidentado, baixa escolaridade, problemas fundiários e estradas precárias.

Para o secretário estadual do Planejamento, André Franco Montoro Filho, a grande vocação da região é o ecoturismo. "O drama é que, se fizerem lá um hotel de classe, terão de importar toda a mão-de-obra", reconhece. "Outra idéia seria criar uma faculdade ou universidade de meio ambiente na região, propostas revolucionárias porque podem ter efeito estruturante, a custo baixo."

O Vale não comporta receitas prontas. Maurício Hoffmann, assessor do secretário, resume bem o diferencial da região: seu grande produto é a Natureza. "Historicamente, o problema nunca se resolveu porque a região é uma verdadeira sinuca de bico. O ideal seria transformá-la não em pólo de desenvolvimento, mas numa região auto-sustentável, com melhor qualidade de vida", explica. Para chegar lá, o caminho seria incentivar a pequena atividade econômica de baixo impacto ambiental.

O Vale tem atrativos de sobra. Há remanescentes de quilombos, aldeias indígenas, dezenas de cavernas e o Com-

plexo do Lagamar, maior reserva de Mata Atlântica do País, região de mangues onde se reproduz boa parte da fauna aquática do Sul-Sudeste do País.

Mesmo assim, ele terá de trilhar um bom caminho antes de faturar com o ecoturismo. A fachada da igreja colonial de Iguape, a cidade com maior patrimônio histórico da região, foi empastilhada e as pedras redondas das suas ruas, semelhantes ao calçamento de Parati, foram substituídas décadas atrás por paralelepípedos.

"Nós até atraímos muitos visitantes para a Caverna do Diabo, mas eles dificilmente ficam mais de um dia e não deixam dinheiro na cidade", diz Lelis

Ribeiro, secretário de turismo de Eldorado, referindo-se à gruta mais famosa da região, que tem o mérito (ou defeito) de estar amplamente urbanizada, com iluminação, passarela e quedas d'água cimentada, o que atenua sua beleza, mas facilita a vida de turistas idosos ou mais convencionais.

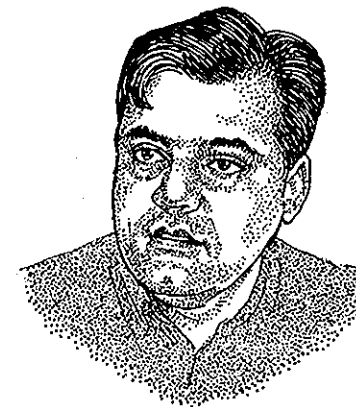
O turista de um dia perde prazeres delicados, como experimentar um doce caseiro de batata doce com leite e gengibre, enrolado na palha de milho, ainda cheio de abelhas, atestando sua qualidade. Prazeres de uma região que terá de aprender a conviver com a enchente, se não quiser fazer como Xiririca, mudando para outras bandas.

Sucessão de erros agravam enchentes

Apesar das enchentes serem a marca registrada do Vale do Ribeira, vários erros humanos têm agravado o problema. Assoreamento, ocupação indevida de várzeas e encostas, obras mal planejadas — o que não falta na região são atentados ao bom senso.

O melhor exemplo é o Valo Grande, primeira grande obra de engenharia hidráulica do País. E também o primeiro grande erro. Concluído no fim do século passado, ele criou um canal que dispensaria barcos de percorrerem uma série de alças do rio Ribeira de Iguape, pouco antes de atingir o mar. "Quando ele está fechado, o rio enche, erodindo para trás. Quando ele está aberto, erode a jusante e despeja água doce que compromete os ecossistemas marinhos", diz Ana Cristina Pasini da Costa, geóloga do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. De fato, segundo dados do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), metade dos 12 km que separam as cidades de Iguape e Cananéia são de água doce, em época de enchente.

Em 1978 o Valo foi barrado com pedras e terra, segurando enchentes, mas prejudicava agricultores a mon-



Samuel Moreira da Silva Júnior

tante. Entre 1990 e 1992 foi executada a parte civil da barragem, mas não foram investidos os US\$ 12 milhões que faltam para a colocação de comportas, que completarão a obra.

Nos últimos anos, ganhou popularidade na região a tese de que outra obra polêmica, a usina de Tijuco Alto, projeto da Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim, resolveria o problema das enchentes. A usina chegou a receber, em 1994, a aprovação dos conselhos do meio ambiente dos dois estados envolvidos, Paraná e São Paulo, sob as vaias dos ambientalistas e aplausos dos prefeitos

da região, que viram na obra a panacéia para a crise do desemprego. O projeto, de US\$ 250 milhões, criaria 123 empregos fixos. Sua aprovação final foi adiada.

No Ribeira, fala-se muito de obras salvadoras para conter as cheias, mas as suas causas ficam na penumbra. Em 1993, o geólogo Osvaldo Compagnoli, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), subiu o Ribeira, em busca de depósitos irregulares de areia. Encontrou dezenas.

A ocupação das várzeas também agravou o problema das enchentes. Para tentar resolvê-lo, o prefeito de Registro, Samuel Moreira da Silva Júnior (PSDB), pretende destinar 342 casas recém-construídas pelo estado às famílias desabrigadas na última enchente, retirando-as das várzeas. Nas margens do Ribeira, ele sonha construir um parque, com gramados e quadras capazes de absorver as enchentes.

"Vinte anos atrás, o Vale do Paraíba tinha muitas enchentes, mas uma série de barragens feitas na década de 70, como Paraitinga e Paraituba, resolveram o problema", lembra Compagnoli. Mas, segundo a Secretaria Estadual do Planejamento, obras na região acabam emperrando na análise de custo-benefício.

(R.S)